



A Mídia que Condena: a construção da mulher negra como criminosa¹

Laila Thaíse Batista de OLIVEIRA²
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

Resumo

Historicamente a imagem da população negra foi construída de forma negativa pela mídia brasileira, temas de pesquisa sobre a representação em telenovelas, filmes ou a baixa presença de pessoas negras nos veículos de comunicação tem sido centro de debates nos espaços virtuais, acadêmicos e da própria mídia, conforme aponta Araújo (2010), Couceiro (1996). A construção de estereótipos negativos, ou como Collins (2019) coloca, de imagens de controle, tem subsidiado opiniões públicas de cunho racista e até mesmo o racismo institucional. Assim, o trabalho traz como reflexão a construção midiática do “perfil suspeito”, em dois casos, no caso de Mirian França de Melo, presa em 2014, mulher negra, farmacêutica e sem antecedentes criminais, e do caso da modelo e dançarina Bárbara Querino, conhecida como Babi, presa em 2018, também sem antecedentes criminais, acusada de ter roubado um carro e de fazer parte de uma quadrilha. A acusação contra Babi foi validada após depoimento de uma testemunha que afirmou ter achado o cabelo dela parecido com o da suspeita, ela foi condenada a cinco anos e quatro meses de reclusão. Por meio das contribuições teóricas de Moura (2019), Gonzalez (2019), Nascimento (2016), serão analisadas as publicações nos portais de notícias e redes sociais, entendendo como a mídia brasileira contribui para uma criminalização de mulheres negras, e, a relação dessas representações com o determinismo racial, abordado por Shwarcz (1996).

Palavras-chave: Mídia; Mulher negra; Racismo.

INTRODUÇÃO

Historicamente, as relações raciais no Brasil têm configurado a desigualdade e hierarquização presentes na sociedade. A ausência de políticas reparadoras para a população negra após a abolição e as insuficientes políticas públicas voltadas para essa população nos dias atuais, denunciam que ainda há um abismo entre negros e brancos no país.

Quando se trata da mulher negra, os abismos ainda são maiores, uma vez que no Brasil, foram destinados as mulheres negras os espaços de trabalho mais precarizados, segundo Gonzalez (2018), há uma divisão racial e sexual do trabalho.

¹ Trabalho apresentado no GT 3 - Processos de identificação e desigualdades nas relações étnico-raciais, intergeracionais e de gênero do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de 2020.

² Mestre em Comunicação e Sociedade pelo PPGCOM/UFS, email: lailathaise@hotmail.com



“Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrida pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho”. (GONZALEZ, 2018, p.42).

A forte influência de teorias com viés racistas, em meados do século XIX, desenvolvidas por cientistas sociais, conhecidos como “darwinistas sociais”, contribuiu para a perpetuação de estereótipos negativos designados às pessoas negras. Sobre esse grupo de estudiosos, Shwarcz (1996) fala que:

“Nesse caso, tratava-se de abandonar a análise do indivíduo para insistir no grupo, na medida em que o sujeito era entendido apenas, como uma somatória de elementos físicos e morais da raça a qual pertencia” (Shwarcz, p.84, 1996).

Dessa forma, a ciência desenvolvida à época no país, contribuiu para o aprofundamento das diferenças e desigualdades, baseada nos fenótipos da população negra e miscigenada, esse olhar localizava esses segmentos como pessoas degeneradas e que representavam o atraso do país.

Somado a negação do acesso à diversos direitos básicos, como moradia, trabalho, saúde, educação e tantos outros, não garantindo a cidadania plena da população negra, as teorias racistas, alimentadas pela eugenia, só viria a aprofundar o racismo, que nada tinha de cordial.

Autoras como Angela Davis (2018) e Juliana Borges (2019), avaliam como a política de encarceramento é um desdobramento do punitivismo praticado desde o período escravocrata, e como esse sistema tem contribuído em larga escala para o extermínio de corpos negros. Segundo Borges (2019), o Brasil está entre os países que mais encarceram, o 3º no ranking, e o 5º em relação às mulheres. “Entre as mulheres encarceradas, 50% tem entre 18 e 29 anos e 67% são negras, ou seja, duas em cada três mulheres presas são negras” (BORGES, 2019, p. 21)

Neste artigo, pretende-se perceber como esses discursos ainda ganham força em casos onde pessoas negras são suspeitas de cometer crimes. Será considerado a análise de dois casos de mulheres negras, o caso de Bárbara Querino em São Paulo em 2018 e o caso de Mirian França em Fortaleza em 2014, ambas mulheres negras, que tiveram seus casos repercutidos pela mídia.



1. DUAS MULHERES E UM MESMO VEREDICTO

No dia 29 de dezembro de 2014, a farmacêutica Mirian França foi acusada de assassinar a italiana Gaya Molinari, em Jericoacoara, no Ceará. Na época, Mirian, doutoranda em farmácia na UFRJ, foi a primeira suspeita do crime, porque, segundo as autoridades locais, ela deu depoimentos contraditórios. Mirian França foi passar as férias em Jericoacoara, assim como Gaya Molinari, ficaram amigas, após combinar que ficariam no mesmo hostel. Mirian viajou para voltar ao Rio de Janeiro, seu estado de origem, mas voltou ao Ceará ao ser informada da morte de Gaya, e foi a polícia na condição de testemunha, porém acabou na condição de principal suspeita, ficando presa por 15 dias seguidos.

Sem direito a ter uma identidade e história, Mirian França foi chamada pela imprensa de “carioca suspeita” reforçando o estigma da desconfiança e da maladrage, uma carga histórica racista e machista ainda tão presente. Essa carga negativa atribuída a identidade de Mirian França é uma forma de inferiorizá-la enquanto sujeito, conforme aponta Borges (2019).

O questionamento da identidade é outra característica importantíssima nos regimes coloniais e de poder. As características físicas e os aspectos culturais são hierarquizados nesse sistema para garantir a subalternização desses povos por um discurso que contorna todas as esferas: moral, política, social, econômica e jurídica. (BORGES, 2019, p.64).

Dessa forma, o racismo relacionava os fenótipos às características morais, localizando as pessoas negras como suspeitas com base em suas características físicas, o corpo negro pela própria existência dentro de um sistema onde o racismo estrutura sua lógica de funcionamento, é colocado como “inimigo” e que portanto é um corpo “descartável”, conforme a noção da necropolítica³.

A prisão de Mirian França, na Delegacia de Capturas e Polinter (Decap), realizada pela delegada adjunta Patrícia Bezerra, mobilizou diversos movimentos sociais e ativistas no Brasil e fora do país. Além disso, 6,4 mil pessoas no Facebook se mobilizaram pedindo sua soltura, atualmente, mais de 9 mil pessoas são solidárias ao que aconteceu com a estudante Mirian França.

Após ser solta, Mirian França deu diversas entrevistas ressaltando o tom racista da sua prisão arbitrária. Ela, mulher negra, foi desacreditada pela polícia de

3 Conceito de Achille Mbembe (2018) que determina o funcionamento das relações de poder dentro as sociedade, e suas ferramentas que determinam quais vidas devem deixar de existir em prol da manutenção do poder com base nas hierarquias sociais.



Fortaleza, que, segundo as próprias matérias, estranhavam até o fato de ela ler na prisão.

Ser negra é ser chamada de estranha quando você sai de férias e passa o dia todo na beira da piscina lendo, porque uma negra gostar de ler 'é muito contraditório, provavelmente está forjando um álibe'. Ser negra é ser questionada sobre como ter dinheiro para tirar férias no Ceará, um estado do meu país, onde apenas os turistas são bem-vindos. Sou a prova viva de que pena de morte no Brasil é consentimento jurídico para o Estado assassinar mais negros. Eu sou a prova que para a polícia brasileira, a culpa tem cor (FRANÇA, 2015).

Dessa forma, Mirian França, vítima de uma segurança pública, denuncia que o seu caso foi mais uma violação racista do Estado, o mesmo que tem frequentemente visto os corpos negros como inimigos, seja através do cárcere ou do extermínio em massa nas periferias.

Quatro anos depois, a prisão de outra mulher negra viria a causar mobilização nas redes sociais, o nome dela é Bárbara Querino, conhecida como Babiy, 20 anos, presa no dia 4 de novembro de 2017, após ser confundida com outra mulher, e acusada de roubo de carro. Seu irmão havia sido detido pela polícia, assumindo toda a culpa e justificando que Bárbara não estava presente nos assaltos, no entanto, a polícia tirou fotos dela e colocou ilegalmente em grupos de whatsapp. Mesmo os advogados provando que não teria como ter sido ela, pois, nos dias em que ela estava sendo acusada de ter roubado os carros, ela estava viajando a trabalho, já que era modelo e dançarina.

Sem provas de que Bárbara estava envolvida no crime, a alegação mais forte veio de uma mulher branca que afirmou que Bárbara se parecia com uma das assaltantes pelo cabelo crespo e volumoso. Essa afirmação foi suficiente para a condenação de Bárbara, indiciada a cumprir pena em regime fechado por 5 anos. Durante o período em que Babiy esteve presa, ela recebeu apoio dos movimentos sociais, ativistas e até de artistas. Com campanhas nas redes sociais e vídeos exigindo a liberdade de Babiy. A campanha ficou conhecida por #TodosPorBabiy e ganhou uma página no Facebook.

Em novembro de 2018, Bárbara Querino foi inocentada da acusação de um dos roubos, onde a mulher acusava apenas com a justificativa do cabelo parecido com o da assaltante. Em abril de 2019 ela foi inocentada da segunda acusação, e então, tentou reconstruir sua vida. Em entrevista para a Pastoral Carcerária, Bárbara



Querino afirmou que foi vítima do racismo reproduzido pelas instituições de segurança pública.

Minha história tá tendo impacto para mudar, não só por mim, mas outros casos estão com mais visibilidade. A gente sabe que o Brasil é um país racista, é um país que se faz de louco. Pela sua cor, pela sua classe social, pela sua família que você tem. Eu sou a prova viva disso. (QUERINO, 2019, p.1)

As histórias de Mirian França e Babi Querino têm muito em comum, mesmo em contextos diferentes. O que os dois casos trazem em comum é o lugar que a sociedade reserva às mulheres negras. Como o machismo, o racismo e o sexismo vão contribuir para localizá-las nesse lugar da dúvida, da desconfiança, da suspeição sempre atribuído às pessoas negras.

Sobre a experiência de compartilhar marcadores sociais, como gênero, raça e classe social, é possível perceber que traz diferenças cruciais na forma como o gênero é vivenciado por essas mulheres. Um exemplo é como os meios de comunicação se referiam a Mirian França, enquanto “suspeita carioca” e como se referiam à italiana Gaya Molinari, que tinha nome e sobrenome.

A Mirian França não foi dada a possibilidade da dúvida, a imprensa já havia praticamente condenado Mirian como assassina, preocupando-se apenas em garantir as provas dessa afirmação, Mirian França e Babi Querino, mulheres negras, vivenciam em comum esse lugar destinado à raça, ao gênero e a classe social no Brasil.

Raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinada (BAIRROS, 1995, p. 461).

A partir dessa afirmação, Luiza Bairros (1995), situa que a vivência da mulher negra vai ser diferenciada de mulheres de outras raças. Considerando o contexto de que o Brasil viveu um regime escravocrata e que até os dias atuais percebemos resquícios desse passado.

É perceptível que o racismo, o machismo, o sexismo e o preconceito de classe configuraram as relações entre as pessoas e a forma como as mulheres negras são representadas na mídia, na literatura nacional e na construção de uma identidade nacional. Duarte (2009) analisa profundamente em seu artigo sobre as mulheres negras na literatura como esses estereótipos de uma sexualidade exacerbada, de uma mulher que não se deve confiar e outras características



desumanizadoras são construídas nas obras literárias, reforçando o lugar de subalternidade.

“A condição de corpo disponível vai marcar a figuração literária da mulata: animal erótico por excelência, desprovida de razão ou sensibilidade mais acuradas, confinada dos sentidos e às artimanhas e trejeitos da sedução.” (Duarte, 2009, p.1)

Entre os diversos estereótipos designados a população negra, o de bandido encontrou força e consolidação herdado de uma ciência de cunho racista. O negro enquanto criminoso com base nos fenótipos, foi defendido pela antropologia criminal, a partir de Cesar Lombroso que acreditava “ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário e, como tal, um elemento detectável nas diferentes sociedades.” (Shwarcz, 1996, p. 85).

Nessa mesma linha de pensamento se encontravam outros cientistas e pesquisadores de prestígio no país, P. Broca (1864), Samuel G. Morton (1844) e com maior evidência Nina Rodrigues (1894), esse último defendeu veementemente a existência de dois códigos no país, um para as pessoas negras, e outro para as pessoas brancas. (Shwarcz, 1996)

Nesse contexto, o racismo brasileiro ganhou corpo, e foi decisivo para a manutenção das hierarquias das raças. Guimarães (2004) coloca que

O racismo surge, portanto, na cena política brasileira, como doutrina científica, quando se avizinha à abolição da escravatura e, conseqüentemente, à igualdade política e formal entre todos os brasileiros, e mesmo entre estes e os africanos escravizados. (Guimarães, 2004, p.11)

Os casos expostos de Mirian França e Babi Querino trazem à tona, resquícios de um racismo enraizado desde a escravatura até os dias atuais. O capítulo seguinte pretende trazer algumas publicações de matérias que retrataram os casos, algumas vezes de forma estereotipadas, contribuindo para a perpetuação do racismo.

2. UMA ANÁLISE DA MÍDIA

Os meios de comunicação não estão isolados das demais relações construídas na sociedade, sendo assim, neles também haverá a reprodução dos problemas diagnosticados no cotidiano. O racismo, como um dos problemas sociais de maior expressividade, esteve presente na mídia brasileira desde o início.



O pesquisador e estudioso Joel Zito de Araújo pesquisou o negro na TV pública de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília no período 08 a 15 de abril de 2007 e percebeu que a TV pública, com relação à representatividade multirracial existente no país, segue o padrão ou não se distingue das televisões comerciais. Joel Zito (2000) também é responsável por uma vasta pesquisa sobre a representação dos negros e negras nas telenovelas brasileiras, no período de 1963-1997, onde ele constata que a inserção de negros e negras na teledramaturgia foi inexpressiva nesse período, e quanto existem as representações ocorrem com estereótipos negativos, contribuindo para a manutenção da invisibilidade e representações de subalternidade do segmento.

Da mesma forma, é possível perceber como não só a mídia televisiva, mas a mídia impressa, a internet, o rádio e tantos outros meios se apropriam dessas questões e reproduzem produções que quando não invisibilizam a população negra, excluem.

O conceito Cultura da Mídia, formulado pelo pesquisador Douglas Kellner (2001), pode contribuir para entender como a mídia tem responsabilidade nos conteúdos de suas produções, já que ao se apropriar da cultura, e como este processo está a serviço de grupos dominantes com a finalidade de perpetuar as relações de poder estabelecidas na sociedade, é também responsável pela manutenção dessas relações hierarquizadas. Para o filósofo, a Cultura da Mídia se define como:

Uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer; modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles” (KELLNER, p. 9, 2001).

A cultura midiaticizada na atual conjuntura socioeconômica está a serviço do lucro, assim, seus produtos correspondem à expectativa do mercado. Nessa lógica a cultura passa a ser vista como um negócio rentável, e, portanto, definido por quem detêm o poder econômico. O olhar que prevalece sobre essas produções é o da hegemonia na sociedade.

Diante dessa lógica que mantém a população negra em desvantagem na sociedade, é fundamental perceber como os casos de Mirian França e Babi



Querino foram veiculados na mídia. Para analisar a veiculação do caso da farmacêutica e doutoranda acusada de assassinato, serão consideradas as publicações do portal Tribuna do Ceará, que cobriu durante todo o período de repercussão da investigação do crime.

Em 29 de dezembro de 2014 é veiculada a primeira matéria no portal com o título “Amiga carioca de italiana morta em Jericoacoara é presa após contradição em depoimento”⁴, a matéria aponta que Mirian foi ouvida na condição de testemunha, porém, teve sua prisão decretada para averiguações. A matéria apesar de afirmar que elas eram amigas, coloca que elas se conheceram no hostel que ficaram hospedadas. Um homem também foi apontado como suspeito, mas após exames foi liberado.

No dia 10 de janeiro de 2015 é veiculada a matéria com o título “Sozinha em cela para 5 pessoas, carioca suspeita de matar italiana passa o tempo lendo livros”⁵, o primeiro parágrafo da matéria destaca que o lugar é arejado e espaçoso, e que se trata de uma cela especial, essa parte ganha destaque em negrito no texto. Com isso, a matéria dá a entender que se trata de benefícios, como se Mirian passasse de suspeita à culpada, e, portanto, não mereceria ter “regalias”. Um outro ponto que foi observado, é a ênfase que é atribuída ao fato de Mirian estar lendo livros, como se fosse algo não permitido, um estranhamento com o fato de que ela, mulher negra, pobre, estar lendo livros.

Em 30 de dezembro de 2014, foi publicada a seguinte matéria “Suspeita de matar italiana procurou companhia na internet para viajar a Jericoacoara”⁶, essa matéria foi construída dando a conotação de que elas estavam juntas, viajaram e ficaram hospedadas juntas. Sem a menor responsabilidade, a jornalista traz para o conteúdo da matéria prints de Mirian França em um grupo de mochileiros. As mensagens de busca de companhia para viajar são colocadas na matéria de forma descontextualizada, como se o possível crime fosse algo premeditado.

Nessa mesma matéria, a delegada disse ter dado um grande passo com a prisão de Mirian França, aqui, cabe ressaltar, que por mais que não houvesse

⁴ Disponível em <https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/amiga-carioca-de-italiana-morta-em-jericoacoara-e-presa-apos-contradicao-em-depoimento/> Acesso em: 01 de agosto de 2019.

⁵ Disponível em <https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/em-cela-para-5-pessoas-carioca-suspeita-de-matar-italiana-passa-o-tempo-lendo-livros/> Acesso em: 01 de agosto de 2019.

⁶ Disponível em <https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/suspeita-de-matar-italiana-procurou-companhia-na-internet-para-viajar-a-jericoacoara/> Acesso em: 01 de agosto de 2019.



provas do envolvimento de Mirian França no crime, só o fato de mantê-la presa foi visto como uma conquista pela delegada que esteve à frente do caso. Essa insistente busca em criminalizar Mirian França antes mesmo de qualquer resultado das investigações, pode ser visto como parte de um projeto de sociedade que opera no sentido de excluir e penalizar a população negra. Sobre isso, Juliana Borges (2018) coloca que:

Nesse sentido, a precariedade à qual vidas negras são submetidas está diretamente ligada a um projeto de controle e extermínio. Precarizar vidas negras significa, mais do que prendê-las a ideia do corpo objeto, operar um projeto político desmotivador, desmobilizador, de insegurança e vulnerabilidade constante (BORGES, 2018, p. 46)

Mesmo após o esclarecimento das investigações, após a decisão da justiça de que Mirian França não era mais suspeita do crime de assassinato contra Gaia Molinari, as matérias seguiram apontando ela como suspeita e em tom de criminalização, como ocorreu na matéria do dia 13 de fevereiro, com a seguinte manchete “Carioca suspeita de matar italiana pede ajuda no Facebook para pagar passagem de volta”⁷, o portal de notícias segue reforçando uma imagem negativa da farmacêutica, mesmo após sua absolvição.

É necessário resgatar uma das matérias, que induz o leitor a acreditar que Mirian França e Gaia Molinari mantinham uma relação lésbica, e como se essa fosse uma forte indicação para o assassinato. A matéria foi veiculada no dia 08 de janeiro de 2015 com o título “Casal de estrangeiros foi interrogado por 8 horas sobre morte de italiana em Jericoacoara”⁸, no subtítulo a matéria diz que “O uruguaio Rodrigo Sanz conta que policiais cearenses insistiram para saber se Gaia Molinari e Mirian França, suspeita do assassinato, mantinham relação homossexual”.

É importante destacar que a desconfiança e a suspeição sobre a orientação sexual de Mirian França a localizam em um lugar de extrema vulnerabilidade, sendo então, a principal suspeita de ter cometido um crime passionai. Sendo assim, o caso pede um olhar interseccional para entender como essas opressões vão configurar em um lugar específico.

Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além

⁷ Disponível em <https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/carioca-suspeita-de-matar-italiana-pede-ajuda-no-facebook-para-pagar-passagem-de-volta-ao-rio/> Acesso em: 01 de agosto de 2019.

⁸ Disponível em <https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/casal-de-estrangeiros-foi-interrogado-por-8-horas-sobre-morte-de-italiana-em-jericoacoara/> Acesso em: 01 de agosto de 2019.



disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Assim como a farmacêutica Mirian França foi vítima desse lugar de suspeição e subalternidade, a modelo e dançarina Babiy Querino, também mulher negra, de 20 anos, teve sua vida revirada no dia 15 de janeiro de 2018, após ser presa, acusada por dois crimes, a primeira acusação foi um roubo a um casal no dia 10 de setembro de 2017, e outro em 26 de setembro, contra dois irmãos.

Babiy Querino conseguiu provar sua inocência de uma das acusações, sendo absolvida, porém continuou presa pela acusação do roubo dos irmãos, mesmo o argumento principal tendo sido o reconhecimento pela cor da pele e pelo tipo do cabelo.

O advogado de Bárbara Querino, Bruno Sankofa, ressaltou que a não aceitação das provas que mostravam que Babiy não estava presente no dia do assalto, e a não garantia do direito à presunção, indica que de fato a justiça não garante os direitos de forma democrática para todos/as os/as cidadãos/ãs.⁹

No entanto, mesmo com os obstáculos colocados pelo Sistema Judiciário, o caso adquiriu uma repercussão midiática com contornos de denúncia de racismo. Numa breve busca nos portais de notícia é possível constatar que os noticiários reforçam a afirmação de que as provas que mantiveram Babiy Querino presa eram frágeis.¹⁰

A campanha #TodosPorBabiy seguiu tendo repercussão nas redes sociais e denunciando casos de racismo, como o que Babiy estava passando. A modelo recebeu solidariedade de artistas como Lázaro Ramos, que enviou o livro escrito por ele, “Vista a Minha Pele”, autografado.

O caso de Babiy não é uma exceção, ela revela uma regra que tem colocado milhares de mulheres no cárcere. Muitas dessas mulheres estão há mais de um ano sem qualquer julgamento, vivendo como se já estivessem de fato condenadas. Segundo Borges (2019), o Brasil é o 4º país que mais encarcera mulheres no mundo. “Cerca de 50% das mulheres encarceradas tem entre 18 e 29 anos e 67% são negras” (Borges, 2019, p. 48).

⁹ Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/08/jovem-negra-e-condenada-por-assaltado-apesar-de-provar-que-nao-estava-na-cidade/> Acesso em: 03 de agosto de 2019.

¹⁰ Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/08/jovem-negra-e-condenada-por-assaltado-apesar-de-provar-que-nao-estava-na-cidade/> Acesso em: 02 de agosto de 2019.



Com isso, concluo que o Brasil segue cumprindo uma política de extermínio e exclusão de mulheres negras de forma sistemática e institucionalizada, e em grande parte com a contribuição midiática que corrobora através da reprodução de discursos estigmatizantes e que seguem reproduzindo estereótipos negativos que cumprem uma função ideológica, como analisa Carmino (2001)¹¹, em seu trabalho sobre o estereótipo na perpetuação do preconceito racial contra a população negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do país desde o seu processo de colonização até os dias atuais tem reservado a população negra, oriunda de um processo escravagista, um não lugar, o não reconhecimento devido de sua cidadania plena. Isso se deve a construção do discurso de uma identidade nacional, brasileira, ao passo que se suprimia traços e resquícios de uma cultura oriunda do continente africano, dessa forma, construindo uma imagem de um país que vivenciava a democracia racial.

Ao defender que no Brasil não existia o preconceito de raça, e sim, de classe, os cientistas sociais e pesquisadores, contribuíram para a invisibilidade do racismo como um problema que estrutura todas as demais relações de desigualdade no país, maquiando uma realidade e aprofundando ainda mais essa mazela, já que se documentava oficialmente que o Brasil não era um país racista.

Paralelo a esses estudos, os negros e negras seguiam fora do mercado de trabalho formal, sem política de moradia, de educação e de saúde. Os investimentos seguiam para afirmar uma ideologia que colocava os/as negros/as como detentores e responsáveis de comportamentos tidos como desviantes e com tendência à violência e ao crime, como apontou os primeiros estudos da antropologia criminal através de Lombroso.

Com essa trajetória de uma política institucionalizada de exclusão a esse segmento, o país ainda traz as marcas e resquícios de um histórico nefasto contra a população negra. Os casos trazidos para o artigo trazem à tona a fragilidade de um Sistema de Justiça Brasileira que continua a colocar negros e negras no lugar de descrédito, mesmo sem provas concretas como foi apontado no trabalho.

¹¹ AMINO, L., da Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. **A face oculta do racismo no Brasil**: Uma análise psicossociológica. Revista Psicologia Política, 1, 13-36, 2001.



O extermínio da população negra mediado pelo Estado seja através da ação direta de policiais nas periferias e favelas, ou no encarceramento em massa dessa população, aponta para um projeto político em curso ao longo de décadas, o intuito de excluir a população negra, seja através da ausência de políticas públicas, do não acesso aos direitos básicos de sobrevivência ou em conflito direto com o Estado.

O caso de Mirian França e de Babiy Querino, essa última esteve presa por mais de um ano, denuncia que a democracia no Brasil não se aplica a todos os cidadãos e cidadãs de forma igualitária. Acusada de um crime, tendo como argumento mais contundente o formato do cabelo crespo, Babiy entrou pra estatística de um país que tem encarcerado mulheres negras em massa. Ressalta também o que Juliana Borges (2019) vai chamar de dupla invisibilidade, são mulheres e estão aprisionadas.

Mirian França, acusada também sem provas, foi condenada pela mídia cearense, antes mesmo da investigação apontar caminhos dos possíveis culpados. Presa durante 15 dias, Mirian foi alcunhada de “suspeita carioca” e teve sua vida exposta a todo tipo de julgamento. O racismo foi perceptível no conteúdo do material publicado, onde o tempo todo, o termo suspeita e carioca eram acionados dando o tom de inferioridade a estudante, e posteriormente a insinuação sobre sua orientação sexual, colocando que a possibilidade de Mirian ter tido um relacionamento lésbico com Gaia Molinari pode ter sido a motivação para o crime.

Ambos os casos assinalam como a mídia brasileira corrobora, produz e fortalece um discurso racista, homofóbico e sexista, que vem se perpetuando ao longo dos anos e sendo também cúmplice de uma justiça excludente e que segue condenando homens e mulheres negras a um sistema de violências e negação de direitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Zito Joel. **O Negro na Dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2008.

ARAÚJO, Joel Zito(org); PINTO, Ana Flávia Magalhães...[et al]. **O negro na TV Pública**. Brasília: FCP, 2010.

BAIRROS, Luiza. **Nossos Feminismos Revisitados**. Revista Estudos Feministas, Ano 3, 2º semestre, 1995.



BORGES, Juliana. **Mulheres Negras na Mira**: Guerra às drogas e cárcere como política de extermínio. Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos. Sur 28, v. 15, n. 28, 45-53, 2018.

_____. **Encarceramento em Massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

CAMINO, L., da Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. **A face oculta do racismo no Brasil**: Uma análise psicossociológica. Revista Psicologia Política, 1, 13-36, 2001.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Difel, 2019.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Mulheres Marcadas**: Literatura, Gênero, Etnicidade. Revista de Estudos Literários Terra Roxa e outras terras. Volume 17-A. 2009.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, Volume 47, nº 1, 2004.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

SHWARCZ, Lília K. Moritz. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil**: Uma história das teorias raciais em finais do século XIX. Afro-Asia, n. 18, Salvador, Bahia, 1996.

ROMÃO, Rosana. **Casal de estrangeiros foi interrogado por 8 horas sobre morte de italiana em Jericoacoara**. Disponível em:

<https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/casal-de-estrangeiros-foi-interrogado-por-8-horas-sobre-morte-de-italiana-em-jericoacoara/> Acesso em: 01 de agosto de 2019.

TAVARES, Roberta. **Amiga carioca de italiana é morta em Jericoacoara e presa após contradição em depoimento**. Disponível em:

<https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/amiga-carioca-de-italiana-morta-em-jericoacoara-e-presa-apos-contradicao-em-depoimento/> Acesso em: 01 de agosto de 2019.

TAVARES, Roberta. **Suspeita de matar italiana procurou companhia na internet para viajar para Jericoacoara**. Disponível em:

<https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/suspeita-de-matar-italiana-procurou-companhia-na-internet-para-viajar-a-jericoacoara/>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

ROMÃO, Rosana. **Cinco meses após morte de italiana em Jericoacoara carioca Mirian França desabafa sobre racismo**. Disponível em:

<<https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/cinco-meses-apos-morte-de-italiana-em-jeri-carioca-mirian-franca-desabafa-sobre-racismo/>> Acesso 01 de agosto de 2019.

NARLLA, Hayanne. **Em cela para 5 pessoas carioca suspeita de matar italiana passa o tempo lendo livros**. Disponível em:

<https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/em-cela-para-5-pessoas-carioca-suspeita-de-matar-italiana-passa-o-tempo-lendo-livros/> Acesso em 01 de agosto de 2019.

TAVARES, Roberta. **Carioca suspeita de matar italiana pede ajuda no facebook para pagar passagem de volta ao rio**. Disponível em:



<<https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/carioca-suspeita-de-matar-italiana-pede-ajuda-no-facebook-para-pagar-passagem-de-volta-ao-rio/>> Acesso em: 01 de agosto de 2019.

FRANÇA, Mirian. Mirian França: **“Sou a prova de que pra polícia brasileira, culpa tem cor”**. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/mirian-franca-sou-a-prova-de-que-pra-policia-brasileira-culpa-tem-cor/amp/>> Acesso em 01 de agosto de 2019.

LAZZERI, Thaís. **“Cada vez mais investigações tem se afastado de Mirian”**. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/01/cada-vez-mais-investigacao-tem-se-bafastado-de-mirianb.html>> Acesso em 01 de agosto. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

TOMAZ, Kleber. **Prisão de modelo negra por roubo de carro e joias de grife em SP mobiliza redes sociais eu não estava no ato**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/09/15/prisao-de-modelo-negra-por-roubo-de-carro-e-joias-de-grife-em-sp-mobiliza-redes-sociais-eu-nao-estava-no-ato.ghtml>>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

QUERINO, Bárbara. **“Sou a prova de que o Brasil é racista”**. Entrevista concedida a Paloma Vasconcelos. CARCERÁRIA, Pastoral. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/mulher-encarcerada/babiy-sou-prova-de-que-brasil-e-racista>> Acesso em: 02 de agosto de 2019.



III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias
08 a 16 de Outubro de 2020 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe